



Revista Affectio Societatis
Departamento de Psicoanálisis
Universidad de Antioquia
revistaaffectiosocietatis@udea.edu.co
ISSN (versión electrónica): 0123-8884
Colombia

Tipo de documento: Artículo de Investigación

2022
Munique Gaio Filla
Entre Butler e Freud: a repetição como caminho para a subversão
Revista Affectio Societatis, Vol. 19, N.º 37, julio-diciembre de 2022
Art. # 8 (pp. 1-35)
Departamento de Psicoanálisis, Universidad de Antioquia
Medellín, Colombia

ARTÍCULO DE INVESTIGACIÓN



ENTRE BUTLER E FREUD: A REPETIÇÃO COMO CAMINHO PARA A SUBVERSÃO¹

Munique Gaio Filla²

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

muniquegf@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7767-4968>

DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.affs.v19n37a08>

Resumo

O objetivo do artigo é aproximar a teoria da performatividade de gênero de Judith Butler e a psicanálise de Sigmund Freud, a partir da noção de repetição. Para a autora, as identidades de gênero são produzidas e consolidadas pela repetição de atos, gestos e práticas, no interior da matriz heterossexual e falocêntrica. Por outro lado, essa repetição não é estável e imutável, já que permite a subversão das normas nas quais se insere. Da mesma forma, de acordo com o fundador da psicanálise, é a

repetição do recalcado como ato na situação transferencial, inevitável no tratamento, que abre a possibilidade de uma mudança efetiva do analisando. Nesse sentido, pretendo mostrar que a concepção da repetição como via para a emergência do novo e para a transformação pode consistir em um ponto de encontro entre os pensamentos de Butler e Freud.

Palavras-chave: Butler; Freud; repetição; performatividade de gênero; tratamento psicanalítico.

1 Este artigo só se tornou possível pelo apoio institucional e financeiro da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) - Processo 2018/09039-0.

2 Doutora e Mestre em Filosofia da Psicanálise pela Universidade Federal de São Carlos. Bacharela em Psicologia pela mesma instituição.

ENTRE BUTLER Y FREUD: LA REPETICIÓN COMO CAMINO PARA LA SUBVERSIÓN

Resumen

El objetivo de este artículo es acercar la teoría de la performatividad de género de Judith Butler y el psicoanálisis de Sigmund Freud a partir de la noción de repetición. Para la autora, las identidades de género se producen y consolidan mediante la repetición de actos, gestos y prácticas en el interior de la matriz heterosexual y falocéntrica. Por otro lado, esta repetición no es estable e inmutable, ya que permite la subversión de las normas en las que se inserta. Del mismo modo, de acuerdo con el fundador del psicoanálisis, la repe-

tición de lo reprimido como acto en la situación transferencial, inevitable en el tratamiento, abre la posibilidad de un cambio efectivo del analizante. En este sentido, se pretende mostrar que la concepción de la repetición como vía para el surgimiento de lo nuevo y para la transformación puede consistir en un punto de encuentro entre los pensamientos de Butler y Freud.

Palabras clave: Butler, Freud, repetición, performatividad de género, tratamiento psicoanalítico.

BETWEEN BUTLER AND FREUD: REPETITION AS A PATH TO SUBVERSION

Abstract

This paper aims to approach Judith Butler's theory of gender performativity and Sigmund Freud's psychoanalysis from the notion of repetition. According to Butler, gender identities are produced and consolidated through the repetition of acts, gestures, and practices within the heterosexual and phallogocentric matrix. Nevertheless, on the other hand, this repetition is neither stable nor immu-

table since it allows the subversion of the norms into which it is inserted. In the same way, according to the founder of psychoanalysis, the repetition of the repressed as an act in the transferential situation -inevitable in the treatment- opens the possibility of an effective change of the analysand. In this sense, the purpose is to show that the conception of repetition as a way for the emergence of the

new and transformation may well be a meeting point between Butler's and Freud's thinking.

Keywords: Butler, Freud, repetition, gender performativity, psychoanalytic treatment.

ENTRE BUTLER ET FREUD : LA RÉPÉTITION COMME VOIE DE SUBVERSION

Résumé

L'objectif de cet article est de rapprocher la théorie de la performativité du genre de Judith Butler et la psychanalyse de Sigmund Freud, grâce à la notion de répétition. Pour l'auteur, les identités de genre sont produites et consolidées par la répétition d'actes, de gestes et de pratiques au sein de la matrice hétérosexuelle et phallogocentrique. En outre, cette répétition n'est pas stable et immuable, car elle permet la subversion des normes dans lesquelles elle s'insère. De même, selon le fondateur de la psychanalyse, la répétition du re-

foulé comme acte dans la situation transférentielle, inévitable dans le traitement, ouvre la possibilité d'un changement effectif chez l'analysant. En ce sens, il s'agit de montrer que la conception de la répétition comme voie d'émergence du nouveau et de transformation peut constituer un point de rencontre entre la pensée de Butler et celle de Freud.

Mots-clés : Butler, Freud, répétition, performativité du genre, traitement psychanalytique.

Recibido: 30/03/2022 • Aprobado: 11/10/2022

Nesse contexto de transição epistêmica, honoráveis membros da Academia da Psicanálise da França e da Escola da Causa Freudiana, vocês têm uma enorme responsabilidade. Vocês é que sabem... e cabe a vocês saber... onde querem se colocar. Se querem permanecer do lado desse discurso patriarcal e colonial – e reafirmar a universalidade da diferença sexual e da reprodução sexual heterossexual –; ou entrar, conosco, os mutantes deste mundo, num processo crítico de invenção de novas epistemologias que permitem a redistribuição da soberania, o reconhecimento de outras formas de subjetividade política.

Paul Preciado

As palavras de Preciado, ou melhor, sua convocação aos psicanalistas já fornece uma amostra da tonalidade conflituosa do debate entre as teorias de gênero e a psicanálise, querela conhecida por qualquer um que já tenha se arriscado a ingressar nos dois campos. Apesar disso, também revela a possibilidade de interseção entre ambos. Do contrário, alguém como Preciado, nome tão marcante da ampla corrente chamada de teoria *queer* – a despeito das dificuldades em abordar esses estudos sob a designação rígida que a palavra “teoria” evoca³ – não se daria ao trabalho de se dirigir a um público de psicanalistas, precisamente apontando para a sua responsabilidade no contexto que descreve como o da mutação da epistemologia da diferença sexual.

Por um lado, o saber psicanalítico é alvo de críticas violentas e até mesmo de um rechaço por uma parcela dos estudos *queer*. De modo geral, é possível afirmar que uma das principais acusações à psicanálise, como mostra Arán (2009), é a de que reproduz o modelo binário da diferença sexual, consistindo em um “saber normativo – que estabelece um esquema psicológico universal e a-histórico tendo o Édipo

3 Sáez (2004, pp. 126-127) aponta para o uso inapropriado da palavra “teoria” para se referir aos estudos *queer*, uma vez que estes não buscam oferecer um corpo de enunciados ordenado, com pretensão de cientificidade e circunscrito a determinado objeto. Trata-se, antes, de um campo “heterogêneo” e “fluido”, marcado por alguns pontos convergentes fundamentais, ainda conforme o autor.

como referência –” (p. 658). Por outro lado, nem sempre a psicanálise é atacada desta maneira. Um dos exemplos mais notáveis é o de Judith Butler, que não hesita em reconhecer a importância da psicanálise em seus trabalhos, ainda que a utilize como instrumento teórico de um ponto de vista crítico. Isso fica evidente em uma entrevista concedida por Butler a Knudsen. A certa altura, a entrevistadora comenta que tem a impressão de que a psicanálise está sempre presente, de alguma maneira, na teorização sobre o gênero de Butler, ao que esta responde:

Para mim é uma teoria muito importante, uma prática muito importante. Estou envolvida com suas tradições, com sua teoria, quanto a isso não há dúvida. Mas sinto também que ela precisa ser posta em contato com a Teoria Cultural e a Política Cultural, de um modo mais geral. Então eu me vejo arranjando um encontro ou alguma espécie de reunião entre psicanálise e movimentos sociais mais amplos, políticas culturais e questões relativas a gays, lésbicas, bi, trans, intersexo. (Knudsen, 2010, p. 166).

Um encontro como este que Butler se propõe a arranjar mostra-se não apenas possível, mas também necessário, quando concedemos a devida importância à dimensão ético-política da psicanálise e da experiência psicanalítica. Como continua a autora, ao mesmo tempo em que discorda que a psicanálise seja apenas “regulação social, normalização”, já que ela pode servir precisamente para a crítica de tais processos, também se preocupa com os psicanalistas que resistem ao debate com esses outros campos do saber, precisamente por julgarem “que estão trabalhando numa esfera completamente separável da psique, que esta é autônoma, que segue suas próprias regras, como se o que acontece no interior da transferência fosse algo isolado do que ocorre no mundo exterior” (Knudsen, 2010, p. 166). Como sugere Rosa (2021), em sua bela “Carta aos/às jovens psicanalistas hoje”, a invenção freudiana partiu da escuta do que as histéricas tinham a dizer sobre seus sintomas, enquanto estes não eram reconhecidos pelo saber de seu tempo: “Freud não recuou de sua posição quando esta feria a sensibilidade, moralidade ou interesses de sua época” (p. 6). O sofrimento daquelas mulheres dependia de contingências sociais e políticas, da mesma forma como o sofrimento atual é condicionado por tais fatores, que não podem ser ignorados pela psicanálise. Por essa razão, esta não deve consistir em um saber fechado em si: “Há

uma perspectiva ético-política que lhe é fundante, mas, a partir daí, é um campo em construção que precisa ser atualizado com base nas questões de cada tempo” (Rosa, 2021, p. 6).

Parece-me plausível, portanto, apostar na fecundidade dessa reunião entre a psicanálise e outros saberes que Butler se propõe a fomentar. Neste artigo, sugiro uma aproximação entre a teoria da performatividade de gênero, pela qual a filósofa ficou reconhecida, e o percurso de uma psicanálise, enquanto método de tratamento concebido por Freud, tomando como fio condutor a noção de repetição. A ponte entre o uso que Butler faz da noção de repetição e aquela repetição que acontece na transferência psicanalítica é sugerida na mesma entrevista feita por Knudsen (2010), como fragmento de uma das perguntas que esta dirige a Butler:

Na transferência, durante um tratamento psicanalítico, algo pode mudar porque existe uma repetição e essa permite mudanças. Essa ideia de uma repetição que permite mudanças está presente em *Problemas de gênero*. Entendo que você quer dizer que não é apenas na situação de análise que uma mudança é possível. Na repetição, fora da situação de análise, algo falha e a transformação pode acontecer (pp. 167-168).

Em sua resposta, Butler concorda com a comparação proposta, mas segue outros desenvolvimentos, afinal a questão se encaminha para outro campo⁴. Levando isso em conta, proponho desenvolver tal paralelo com mais atenção neste breve ensaio. Como procurarei expor, a ideia de repetição parece fundamental a Butler para explicar não apenas como as identidades de gênero são assumidas e naturalizadas, mas também como estas podem ser subvertidas. De modo análogo, um tratamento psicanalítico não pode escapar da repetição,

4 O trecho citado é parte de uma pergunta na qual Knudsen (2010) está interessada em saber o que Butler quer dizer com o termo “intencional”, referente ao ato performativo de gênero. A entrevistadora coloca que, se “nos fazemos homens ou mulheres na repetição de atos” (p. 169), e se algo pode falhar nessa repetição, isso não parece ser intencional. A filósofa responde no sentido de afastar a ideia de que seria um ato voluntário, uma escolha deliberada. Mais tarde voltarei a tocar nesta questão.

a qual se manifesta na transferência com o analista, porém é impulsionado pela possibilidade de transformação que se abre a partir da repetição, apesar dos limites que esta impõe. Para explorar esse ponto de encontro, apresentarei, em linhas gerais, a noção de performatividade de gênero, tal como ela é exposta em um dos trabalhos mais conhecidos de Butler, *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, publicado originalmente em 1990⁵. Em seguida, abordarei a repetição em Freud. Em um primeiro momento, apresentarei sua posição no tratamento psicanalítico, ao lado da rememoração e da perlaboração, como ação capaz de produzir o novo. Posteriormente, tratarei de alguns desdobramentos da repetição na obra do criador da psicanálise, sobretudo a introdução do conceito de pulsão de morte, e dos impasses que esta provoca no tratamento, o que revelará certos limites daquela produção do novo pela análise e mostrará como a repetição freudiana também pode se mostrar insistente e reprodutora do mesmo. Posteriormente, espero que seja possível “arranjar um encontro”⁶ entre ambos os campos a partir dos elementos apresentados. À medida que o tratamento psicanalítico, tal como foi concebido por Freud, reproduz o mesmo pela repetição, mas também abre a possibilidade de criação do novo, tal novidade pode incidir sobre as normas reguladoras e permitir novas relações com estas. Nesse sentido, esta reflexão pode ser vista como mais um esforço capaz de contribuir para movimentar os psicanalistas a assumir aquela responsabilidade mencionada por Preciado, na direção de legitimar a existência de novas formas de subjetividade.

5 Como se vê, trata-se de um recorte bem delimitado da obra de Butler, orientado pelo objetivo de circunscrever neste texto a noção de repetição. Em menor escala, farei referência a *Corpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do “sexo”* e *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*, publicados originalmente em 1993 e 1997, respectivamente. Isso porque tais livros fazem parte do empenho de Butler em dialogar com os críticos e responder a interpretações feitas sobre *Problemas de gênero...*, como aponta Rodrigues (2020, p. 101), de forma que algumas das discussões mais importantes do escrito de 1990 sejam revisitadas. Vale notar que não tenho a pretensão de me aprofundar na obra de Butler, que é bem mais vasta que isso e se estende para além da questão do gênero, rumo a temas ético-políticos, como também mostra Rodrigues no trabalho citado.

6 Sigo aqui a expressão utilizada por Butler no trecho citado da entrevista com Knudsen (ver p. 5 deste artigo).

Considerações sobre a repetição e os atos performativos de gênero em Butler

Se há uma proposta geral em *Problemas de gênero*, ela pode ser assim definida, conforme a autora do livro: “Certamente, a proposta aqui é, de maneira geral, observar o modo como as fábulas de gênero estabelecem e fazem circular sua denominação errônea de fatos naturais” (Butler, 2003/1990, p. 12). Isso significa procurar explicar como as categorias de sexo, gênero e desejo são produzidas por formações de poder específicas, a partir de uma crítica genealógica apoiada na leitura de Foucault e de sua interpretação de Nietzsche (p. 9)⁷. Por conseguinte, trata-se de recusar a concepção essencialista do gênero como um atributo natural de um sujeito, uma vez que as identidades “homem” e “mulher” não passam de efeitos do regime epistemológico da heterossexualidade compulsória, que produz e naturaliza aquelas categorias ontológicas, como se elas fossem apenas a expressão de uma essência previamente dada. O ponto de partida de Butler consiste em questionar o próprio sujeito do feminismo, a categoria das “mulheres”. O feminismo se depara com um “problema político” ao supor que o termo “mulheres” indique uma “identidade comum” e estável, preexistente à lei, em busca de representação, precisamente por não levar em conta que é esta mesma lei que produz a categoria em questão: “A crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação” (Butler, 2003/1990, p. 19).

Para Butler, a distinção entre sexo e gênero, ainda que esteja ligada à tradição feminista, como contraponto à formulação de que “a biologia é o destino”, também merece ser alvo de crítica. Isso porque, com essa separação, o sexo é tratado como um fato de determinação biológica, ao passo que o gênero é visto como uma construção cultu-

7 Embora Nietzsche e Foucault tenham sido destacados aqui como referências para a crítica genealógica, é importante ressaltar que eles são apenas alguns dos autores sobre os quais se apoia Judith Butler. Para uma visão geral do amplo “arco de influências” na filosofia da autora, sugiro o trabalho de Rodrigues (2019, p. 61).

ral. À autora interessa desmontar a suposta naturalidade do próprio sexo:

Se o caráter imutável do “sexo” é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (p. 25).

Sexo não está para a natureza, assim como o gênero está para a cultura. Ao contrário, sexo é uma categoria já dotada de gênero, já determinada pelas formações discursivas do gênero, que produzem a ideia de um sexo pré-discursivo. Da mesma forma, Butler não compreende o corpo como um meio passivo, neutro, sobre o qual se inscreve a cultura. Trata-se, antes, de uma construção, marcada justamente pelas categorias de gênero: “Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero; e emerge então a questão: em que medida pode o corpo *vir a existir* na(s) marca(s) do gênero e por meio delas?” (p. 27, grifos da autora).

A partir dessas discussões, a autora se dirige a uma crítica mais radical, voltada à própria noção de identidade: “O que pode então significar ‘identidade’, e o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes?” (p. 37). Na medida em que o corpo e, conseqüentemente, a pessoa, só se torna “inteligível” quando possui um gênero, a identidade está, necessariamente, vinculada à identidade de gênero. A identidade é assegurada pela conformação às normas de gênero, enquadradas na matriz de inteligibilidade cultural. Por essa razão, é preciso levantar questões como esta: “em que medida as *práticas reguladoras* de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o *status* auto-idêntico da pessoa?” (p. 38, grifos da autora). Com base na crítica à “metafísica da substância”, efetuada por Nietzsche em relação ao discurso filosófico, Butler (p. 79) se propõe a criticar a “metafísica da substância do gênero”, que sustentaria a ideia de que uma pessoa é um gênero, que expressa, por sua vez, um sexo. É preciso denunciar que afirmações como “Eu sou homem” e “Eu sou mulher” estão

pautadas na ideia de que as identidades de gênero seriam substâncias permanentes, quando não passam de construções fictícias.

Neste contexto de reformulação das categorias de gênero para além da metafísica da substância, é apresentada a ideia de performatividade. Butler concebeu esta noção a partir da interpretação de Derrida acerca dos atos de fala de Austin, como forma de apontar para as práticas discursivas que produzem o que elas nomeiam, por meio de um certo tipo de “repetição” e “recitação”, de acordo com o que ela mesmo conta em uma entrevista (Butler, Segal & Osborne, 1994, p. 33). É necessário compreender que o gênero é performativo, na medida em que é produzido e imposto pelas práticas reguladoras que o definem; na medida em que constitui a identidade que supostamente expressa. Em outras palavras: “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (Butler, 2003/1990, p. 48). Essa produção do gênero, por sua vez, não consiste em um ato único, mas sim em uma repetição de atos, gestos e práticas capazes de naturalizar a identidade de gênero como se fosse uma essência. Tais atos, gestos e práticas que se repetem estão inseridos nos regimes de poder heterossexual e falocêntrico; eles constroem e consolidam as identidades de gênero tal como as conhecemos:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (p. 59).

Assim, chegamos à noção de *repetição*, especialmente relevante para este artigo. É por meio da repetição que as identidades de gênero são construídas, reproduzidas culturalmente, no interior das relações de poder mencionadas, e então naturalizadas. Se o gênero é construído, se é algo que nos tornamos, isso é feito enquanto “ação incessante e repetida” (p. 163). O gênero é concebido como um “estilo *corporal*”, fabricado por uma repetição estilizada de atos que lhe confere a aparência de essência e, ao mesmo tempo, oculta o processo de sua gênese (p. 199, grifos da autora). Longe de ser uma escolha voluntária e consciente, a performatividade de gênero diz respeito, como aponta

Sáez (2004, p. 140), à “obrigatoriedade” de repetir normas que são coercitivas, que se impõem ao sujeito, o qual é constituído por elas, e não anterior a elas.

Este é um dos problemas sobre o qual Butler se debruça em *Corpos que importam*: a autora se posiciona contra a interpretação de que o sujeito poderia decidir o seu gênero, já que este é performativo, como se fosse um “artifício” capaz de ser adotado ou rejeitado à vontade (Butler, 2002/1993, p. 13). Não é disso que se trata e, mais uma vez, o recurso à noção de repetição se mostra fundamental para afastar esse tipo de leitura. A performatividade não deve ser compreendida “como o ato mediante o qual um sujeito dá vida ao que nomeia, mas sim, antes, como esse poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que regula e impõe” (Butler, 2002/1993, p. 19). Na medida em que é vista como ato singular realizado por um sujeito, no presente, a performatividade “oculta e dissimula as convenções das quais é uma repetição” (p. 34). É através de sua repetição ritualizada que as normas de gênero produzem e mantêm os efeitos de gênero e a própria materialidade do sexo – sendo esta última outra questão com a qual Butler se vê confrontada no livro citado –. Dizer que o gênero é construído requer uma noção bem específica de “construção”. Para Butler (2002/1993), esta “não é nem um ato único, nem um processo causal iniciado por um sujeito e que culmina em uma série de efeitos fixos”, mas sim um “processo temporal” (p. 29) que opera, necessariamente, por meio da reiteração de normas, que materializam o sexo e os corpos.

Por outro lado, como Butler afirma desde *Problemas de gênero*, a repetição pode ter outra face, operar contra a consolidação das normas de gênero e assumir uma função subversiva. Na esteira de Foucault, ela considera que a sexualidade é construída pelas relações de poder existentes, de forma que não há a possibilidade de pensar em uma sexualidade subversiva que esteja além, fora ou antes do poder – que escape dele –: “Se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas” (Butler, 2003/1990, p. 139). Deste modo, o espaço para a subversão se encontra no interior das relações de poder e das prá-

ticas reguladoras nas quais o gênero é fabricado. Ainda que a autora considere impossível interromper a repetição que atua na produção das normas de gênero, concebe a possibilidade de uma repetição subversiva das últimas, que comporta certa transformação, por ser capaz de deslocá-las (p. 57). A repetição pode ser considerada subversiva quando aponta para o fato de que os gêneros consistem em invenções: “não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável” (p. 195).

A noção de paródia, apresentada também em *Problemas de gênero*, é fundamental para conceber esse espaço subversivo. Butler se utilizará dela para se referir às possibilidades de repetição de padrões heterossexuais em contextos não heterossexuais que colocam em questão a solidez das identidades de gênero, por desestabilizarem as categorias de “imitação” e de “original”. Alguns dos exemplos de paródia concedidos pela autora são o travestismo e as identidades lésbicas *butch* e *femme*. Em vez de significarem a imitação de um original, revelam que as identidades de gênero heterossexuais também são fabricadas, contribuindo para o deslocamento das categorias de gênero, precisamente por denunciarem seu caráter fictício: “Ao imitar o gênero, o drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência” (p. 196, grifos da autora). Há uma quebra da suposta coerência heterossexual na paródia de gênero, que coloca em questão a existência de um original a ser parodiado – a masculinidade ou a feminilidade verdadeiras – e desnaturaliza a identidade aparentemente primária de gênero. Abrem-se as brechas para a resignificação e para a rearticulação das categorias tão solidamente estabelecidas. Ainda assim, vale notar que nem toda paródia tem o efeito de desestabilização mencionado, já que aquela também pode fortalecer a faceta da repetição que reitera as identidades de gênero sancionadas pela norma heterossexual: “A paródia não é subversiva em si mesma, e deve haver um meio de compreender o que torna certos tipos de repetição parodística efetivamente disruptivos, verdadeiramente perturbadores, e que repetições são domesticadas e redifundidas como instrumentos da hegemonia cultural” (p. 198).

Deste modo, conforme já foi colocado, na teoria da performatividade de gênero de Butler, a repetição participa tanto do processo de produção e de consolidação do gênero dentro da matriz heterossexual; quanto da desnaturalização das identidades de gênero, por consistir em um dos recursos, internos àquela mesma matriz, capazes de se voltar contra ela. Segundo a autora: “Não se trata simplesmente de construir a performatividade como uma repetição de atos, como se os ‘atos’ permanecessem intactos e idênticos a si mesmos à medida que são repetidos no tempo” (Butler, 2002/1993, p. 29). Os atos que se repetem apresentam instabilidades e, conseqüentemente, incluem a possibilidade de rearticulações. Como resume Rodrigues (2012): “No gênero como performativo, o que se repete deve ser o mesmo, mas não pode nunca ser idêntico” (p. 153). Se as normas que constituem o gênero não se repetem de modo idêntico, ao mesmo tempo em que o produzem, também podem o desestabilizar. O último caso é o da paródia subversiva, no qual a repetição comporta, necessariamente, descontinuidades.

“Como é possível que o poder do qual o sujeito depende para existir e que o sujeito é obrigado a reiterar se volte contra si mesmo no decorrer dessa reiteração? Como podemos pensar a resistência nos termos da reiteração?”. Butler (2017/1997, p. 21) explicita essa pergunta alguns anos mais tarde, em *A vida psíquica do poder*. No entanto, podemos pressupor que ela já trazia esse questionamento em *Problemas de gênero*, pois a resposta a ele toma forma na conclusão deste escrito. De acordo com a autora, se a constituição da identidade de gênero se dá pelo processo de repetição de certos atos, “na órbita da compulsão a repetição”, a capacidade de ação política se encontra, justamente, na possibilidade de alterar essa repetição (Butler, 2003/1990, p. 209). Nesse sentido, Butler adverte que, se o “eu” está, desde sempre, imerso nessas práticas discursivas que se repetem e que fabricam sua identidade, só há uma saída, imanente à própria repetição: “A tarefa não consiste em repetir ou não, mas em como repetir ou, a rigor, repetir e por meio de uma proliferação radical do gênero, afastar as normas do gênero que facultam a própria repetição” (p. 213, grifos da autora).

O tratamento psicanalítico e a repetição em Freud: a tríade lembrar, repetir e perlaborar

Para que seja possível traçar um paralelo entre a concepção da repetição em Butler e em Freud, será preciso apresentar como esse fator é situado no percurso de um tratamento psicanalítico para o segundo autor. Ao longo de sua obra, o criador da psicanálise abordou a técnica psicanalítica a partir de diferentes pontos de vista, sendo que a repetição ganhou protagonismo apenas em um estágio mais avançado da experiência clínica. O próprio autor sugere uma espécie de linha do tempo desse processo. A princípio, a catarse era a meta principal do trabalho, já que o objetivo era fazer com que o paciente se recordasse de um trauma que havia sido recalçado, para então descarregar o afeto ligado a ele. Em um segundo momento, a partir da associação livre do analisando, o analista exercia seu trabalho interpretativo, buscava revelar os conteúdos inconscientes por trás dos sintomas e torná-los conscientes, através de sua comunicação ao paciente. Depois, por conta das dificuldades encontradas na obtenção do êxito terapêutico, fez-se necessário que o neurótico confirmasse a construção proposta pelo analista com as suas lembranças. Isso fez com que as resistências do analisando ganhassem destaque e a arte interpretativa se voltou para a tarefa de descobrir tais resistências com a maior rapidez possível, a fim de dissolvê-las por meio da transferência. Em último lugar, Freud notou que não era possível alcançar plenamente a meta de tornar consciente o inconsciente pelo caminho da rememoração e interpretação, uma vez que o neurótico se colocava a *repetir* as vivências recalçadas, em vez de recordá-las (Freud, 2021/1914, 2020/1920).

Um dos escritos nos quais o psicanalista faz essa retrospectiva é o *Lembrar, repetir e perlaborar*, de 1914; neste mesmo texto, apresenta ao leitor a ideia de repetição como parte do tratamento psicanalítico. Com o uso da técnica voltada a revelar as resistências do paciente, é comum que este se comporte da seguinte forma: “o analisando não se *lembra* de mais nada do que foi esquecido e recalçado, mas ele *atua* (*agieren*) com aquilo. Ele não o reproduz como lembrança, mas como *ato*, ele *repete* sem, obviamente, saber que o *repete*” (Freud, 2021/1914, p. 154, grifos do autor). Um dos exemplos oferecidos pelo

autor é o de um analisando que não se recorda de ter sido contestador diante da autoridade dos pais, mas se comporta deste modo diante de qualquer colocação do analista. Já neste escrito, o psicanalista trata de uma “compulsão para a repetição” (*Zwang zur Wiederholung*)⁸ de tudo aquilo que consegue abrir caminho desde o inconsciente recalcado; há, portanto, no tratamento analítico a repetição de sintomas, inibições e traços do caráter que foram adquiridos por atitudes defensivas do Eu. Tal repetição se relaciona com a transferência – “a transferência, ela própria, é apenas uma parcela de repetição, e a repetição é a transferência do passado esquecido” (Freud, 2021/1914, p. 155) –, e com a resistência, já que o paciente se defende da emergência dos conteúdos recalçados, inevitável no tratamento, com os mesmos recursos defensivos que utilizou para ocultar tais conteúdos no inconsciente em seu passado.

Não parece ser possível se esquivar de tal repetição. Ainda que Freud (2021/1914) oriente o analista a persistir na meta de fazer o paciente recordar no âmbito psíquico, em vez de repetir em ato, o fato é que essa tarefa se tornou inatingível para a técnica psicanalítica, conforme esta avançou. Além disso, a repetição na transferência é uma forma de resistência que não deve ser condenada pelo analista, afinal é a porta de acesso a grande parte do material mais importante do passado do analisando (Freud, 1991/1917). É por meio da repetição das vivências na transferência que o paciente percorre caminhos já conhecidos que, por sua vez, proporcionam o despertar das lembranças cruciais para o trabalho. Há um “fazer repetir” (*wiederholenlassen*) (Freud, 2021/1914, p. 157) em jogo na situação analítica, que implica fazer com que o neurótico tome coragem de olhar para aquilo que não quer ver e deixe de praticar a “política de avestruz” – atitude que assumia em relação à sua neurose antes de começar o tratamento –. De acordo com Freud (2021/1914), é necessário advertir o paciente de que, no início, uma piora provisória é comum e até mesmo necessária, porque é preciso convocar as vivências recalçadas que mantêm o sintoma em ação, o que é feito, pelo menos em partes, pela repetição,

8 Na bibliografia encontra-se a referência completa das obras de Freud em alemão, com as quais foram cotejados alguns termos das traduções em espanhol e em português aqui utilizadas.

afinal: “não é possível liquidar um inimigo ausente ou que não está próximo o suficiente” (p. 158).

No campo da transferência, portanto, o ato aparece como repetição do passado que não foi possível lembrar. Além disso, assim como vimos em Butler, não é uma repetição de atos que permanecem idênticos, intactos e, portanto, imutáveis que parece estar em jogo para Freud. A repetição do mesmo pode comportar o novo na situação analítica⁹. A reprodução do recalco na relação com o analista significa a substituição da neurose antiga por uma nova: “Quando levamos o tratamento até esse ponto, podemos então dizer que a neurose anterior foi agora substituída por uma *nova* neurose de transferência” (Freud, 2020/1920, p. 87, grifos meus). De acordo com a “28ª das Conferências de introdução à psicanálise”, o conflito que levou ao adoecimento precisa ser renovado no tratamento: “na ‘transferência’ se criam versões novas daquele velho conflito” (Freud, 1991/1917, p. 413). Para dominar essa repetição ou, em outras palavras, evitar que o analisando repita com ações aquilo que pode simplesmente rememorar psiquicamente, o analista deve tolerá-la. Ele deve conceder liberdade para que ela se manifeste no espaço analítico, para que o analisando possa “encenar” (*spielen*) o seu passado (Freud, 2020/1920, p. 87), uma vez que essa é a condição para a emergência do novo: “geralmente conseguiremos dar a todos os sintomas da doença um novo significado de transferência, substituindo a sua neurose comum por uma neurose de transferência, da qual ele pode ser curado pelo trabalho terapêutico” (Freud, 2021/1914, p. 160, grifos meus). É apenas nesse “novo estado”, como continua Freud, artificialmente produzido pela transferência, que o analista é capaz de intervir.

Como sugere o título do artigo de 1914, ainda é preciso contar com o tempo de perlaboração (*Durcharbeitung*), por parte do analisando

9 Destaco aqui a diferença entre a repetição do *mesmo* e a repetição do *idêntico*. Tanto para Butler, como para Freud, a ação de repetir os atos não significa que isso seja feito de maneira idêntica, estável e imutável. A repetição do *mesmo*, justamente por não ser a repetição do *idêntico*, permite instabilidades e mudanças, quer estas sejam efetivadas ou não; permite uma abertura que não seria viável se aquilo que se repete fosse sempre *idêntico*.

do, daquilo foi repetido e recordado, para que um deslocamento em direção à cura se torne possível. Na “Conferência 18”, destaca-se que o saber do neurótico sobre o sentido de seus sintomas deve se apoiar em um trabalho psíquico que proporcione uma “mudança interior” do paciente; esta é a condição para que haja um efeito terapêutico (Freud, 1991/1917, p. 257). A transformação interna do analisando, no entanto, só se realiza por meio da repetição, da reprodução do mesmo. Freud não pretende afirmar que aquele que se empenha em um percurso de análise se torne outra pessoa, mas sim indicar a abertura para o novo naquilo que permanece o mesmo, como fica evidente neste fragmento da “Conferência 27”: “O neurótico curado se tornou realmente outra pessoa, ainda que no fundo, naturalmente, siga sendo o mesmo: tornou-se o que no melhor dos casos e sob as condições mais favoráveis poderia se tornar. Mas isto é muito” (Freud, 1991/1917, p. 396). A potência de uma análise está nesta mudança que brota da repetição.

Qualquer possibilidade de mudança, por sua vez, se encontra apoiada nas palavras que o analisando põe em cena na experiência analítica. Convidado a associar livremente pelo analista, o paciente só poderá repetir, recordar e perlaborar por meio das palavras. Desde *Tratamento psíquico (tratamento anímico)*, Freud (2021/1890) destaca que as palavras são o instrumento fundamental para realizar esse tipo de tratamento, já que a dissolução de perturbações psíquicas e corporais acontece por meio delas. Há certa magia nas palavras, que pode ser explicada pela influência que elas provocam no corpo e na alma, cuja interdependência é ressaltada pelo autor já nesse escrito. Mais de trinta anos depois, com toda a experiência clínica e todo o desenvolvimento teórico que a psicanálise adquiriu neste período, Freud não se mostra menos encantado com as palavras, como lemos em *A questão da análise leiga*. Como explicar o procedimento psicanalítico para o interlocutor imparcial com quem o autor dialoga nesta obra, senão pela troca de palavras? O analista deixa o paciente falar, escuta o que ele diz e depois fala para ser escutado. Se quiserem entender isso como um tipo de magia, não tem problema – não devemos menosprezar a palavra, é o que nos diz Freud –. Se a palavra foi, originalmente, mágica, ainda o permanece em alguma medida, a não ser pelo fato de que o tratamento analítico não age com a rapidez que se espera de um

“ato mágico” (Freud, 2021/1926, pp. 210-211). Requer trabalho, esforço, tempo, além de depender de alguns outros fatores. Afinal, a lenta, porém mágica, ação das palavras não opera em todos os percursos de análise da mesma forma.

Até 1920, portanto, o tratamento psicanalítico era concebido a partir de três pontos de sustentação, a saber, a rememoração, a repetição e a perlaboração. No entanto, com a publicação de “Além do princípio de prazer”, o caráter inexorável da repetição é radicalizado por Freud e elevado a um novo estatuto, como veremos a seguir.

A compulsão à repetição e a pulsão de morte: os limites da análise

A investigação da repetição ultrapassa o âmbito do tratamento e toma outro destino na teoria freudiana, possibilitando a introdução da hipótese da pulsão de morte, a ser considerada em oposição com as pulsões de vida, conforme o segundo dualismo pulsional da teoria freudiana. Trazida novamente à tona em 1919, no texto “O infamiliar”, a compulsão à repetição ganha destaque por ser capaz de sobrepujar o princípio de prazer, até então considerado como o princípio regulador da alma:

No inconsciente anímico, é possível, de fato, reconhecer-se o domínio de uma incessante *compulsão à repetição* das moções pulsionais, a qual, provavelmente, depende da mais íntima natureza das pulsões, e que é suficientemente forte para se impor ao princípio de prazer, conferindo um caráter demoníaco¹⁰ a certos aspectos da vida anímica, algo que ainda se expressa claramente nas aspirações da criança e que domina uma parte do decurso da psicanálise dos neuróticos. (Freud, 2020/1919, p. 79, grifos do autor).

10 O termo em alemão (*dämonisch*), que é traduzido por “demoníaco” nesta edição de “O infamiliar”, receberá a tradução “daimoníaco” na edição consultada de “Além do princípio de prazer”, publicado pela mesma editora. O neologismo é escolhido sobretudo porque reforça a raiz grega do termo em alemão (*Dämon/daimon*).

Somente em “Além do princípio de prazer” essas ideias são desenvolvidas por Freud, que se debruça sobre uma série de fenômenos que não se deixam explicar totalmente pelo mecanismo até então conhecido pela psicanálise. No âmbito da primeira tópica e do primeiro dualismo pulsional, o sofrimento neurótico era motivado por um conflito psíquico entre as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais, seguido pelo recalque exercido pelo Eu, até então associado principalmente ao pré-consciente e à consciência, e pelo eventual fracasso dessa defesa, que culminava na criação de um sintoma. O sintoma, por sua vez, consistia em uma formação de compromisso, que era desprazerosa para um dos sistemas psíquicos, o pré-consciente/consciente, porém prazerosa para o sistema inconsciente, já que realizava parcialmente a satisfação de pulsões recalçadas. Essa tese não é recusada, mas passa a não explicar uma série de fatos que leva ao pressuposto de uma compulsão à repetição (*Wiederholungszwang*) de situações de desprazer, que seria “mais originária, mais elementar e mais pulsional do que o princípio de prazer por ela deixado de lado” (Freud, 2020/1920, p. 99).

Os fenômenos elencados que levam a tal constatação consistem nos sonhos das neuroses traumáticas, os quais, por consistirem em repetições das cenas de terror, revelam “as enigmáticas tendências masoquistas do Eu” (Freud, 2020/1920, p. 75); o jogo ou brincadeira (*Spiel*) infantil, sobretudo a brincadeira do *Fort-Da*, na qual a criança repete a ausência do objeto materno e revive a angústia dessa perda; as neuroses de destino, um tipo de “eterno retorno do mesmo” na vida de pessoas não neuróticas (Freud, 2020/1920, p. 95); e, por fim, justamente a repetição do neurótico na transferência durante o tratamento analítico. Já vimos que o neurótico repete, em ato, aquilo que não pode recordar. No entanto, Freud se dá conta que os conteúdos repetidos referem-se, sobretudo, à parte de sua vida infantil relativa ao complexo de Édipo e seus efeitos. Chama a atenção do psicanalista o desprazer que marca o florescimento da vida sexual em seu início; trata-se de “experiências do passado que não contêm nenhuma possibilidade de prazer e que mesmo naquela época não puderam ser satisfações, nem mesmo de moções pulsionais recalçadas desde então” (Freud, 2020/1920, p. 91). A impossibilidade de satisfazer as exigências pulsionais edípicas, a renúncia ao narcisismo, o fracasso

da investigação sexual infantil, o ciúme pelo nascimento dos irmãos, entre outras situações que geraram sofrimento desde sua primeira ocorrência são trazidos como exemplos, a fim de reforçar a presença de uma compulsão a que se repetam, em análise, vivências desse tipo, absolutamente desprazerosas e que jamais proporcionaram prazer.

Trabalhando sobre esse conjunto de dados, Freud concebe que há uma compulsão a repetir vivências desprazerosas, que é estranha ao princípio de prazer. A partir do quarto capítulo do livro, lança-se à sua especulação de largo alcance, para tentar compreender qual seria sua função e sob quais condições se manifestaria. Volta-se para a suposição de como se originaria o aparelho psíquico e para a noção de trauma. Considerando que esse aparelho tem uma camada protetora contra estímulos provenientes do mundo externo, no trauma esta seria rompida diante de um excesso de quantidades vindas de fora. O aparelho seria incapaz de dominar tal excesso que o inunda, devido à ausência de “prontidão para a angústia” (Freud, 2020/1920, p. 119), a qual faz com que o nível de investimento seja insuficiente para ligar a excitação que chega. Contra as pulsões, definidas aqui como “representantes de todos os efeitos de forças que se originam no interior do corpo e são transferidos para o aparelho anímico” (Freud, 2020/1920, p. 125), não existiria sequer uma camada protetora. Isso o expõe à possibilidade análoga de ser invadido por grandes quantidades, dessa vez de origem interna. Como as pulsões obedecem unicamente às leis do processo psíquico primário, que é livremente móvel e objetiva a descarga, quando invadem o aparelho anímico, este se vê desprovido de condições para ligá-las em processos psíquicos secundários:

O fracasso dessa ligação provocaria uma perturbação análoga à da neurose traumática; só depois de uma ligação bem-sucedida é que poderia se estabelecer, sem inibição, o domínio do princípio de prazer (e de sua modificação em princípio de realidade). Mas até lá, é a outra tarefa do aparelho psíquico que teria prioridade, a de dominar ou ligar a excitação, não certamente em oposição ao princípio de prazer, mas independente dele e, em parte, sem levá-lo em consideração. (Freud, 2020/1920, p. 127).

Nesse sentido, Freud se vê diante de um além do princípio de prazer. Há uma atividade de “ligação” (*Bindung*) destinada ao “domínio” (*Bewältigung*) desse excesso de quantidades que inunda violentamente o aparelho no trauma, seja a partir do mundo externo, seja a partir das exigências pulsionais, sem a qual o princípio de prazer não pode ser estabelecido. De acordo com Monzani (1989, p. 181, grifos do autor), é na “falha”, no “vazio” ou na “fresta” da ligação, “quando essa operação fracassa em seus propósitos”, que aparece a compulsão à repetição. A compulsão à repetição seria uma das formas de tentar efetuar a ligação.

No entanto, a compulsão a repetir não parece ter um único sentido na forma como é apresentada em “Além do princípio de prazer”, como também nos mostra Monzani (1989). Em sua variedade de manifestações, pode estar tanto a serviço da atividade de ligação e do estabelecimento do princípio de prazer, conforme a aceção descrita há pouco, quanto em franca oposição a este. Em casos como o das brincadeiras infantis, a repetição, ainda que seja de situações de desprazer, não chega a contradizer o princípio de prazer, já que a criança pode experimentar sensações agradáveis na própria atividade, como também tornar-se ativa diante de vivências que experimentou de forma passiva, tal como a separação da mãe. Os sonhos das neuroses traumáticas também são exemplos da compulsão à repetição não propriamente oposta ao princípio de prazer, mas a serviço da atividade de ligação e, conseqüentemente, da preparação para o estabelecimento daquele princípio, já que o retorno às cenas traumáticas é uma tentativa de dominar o excesso de quantidades não ligado. Já no exemplo da análise, que é especialmente interessante aqui, Freud (2020/1920, p. 129, grifos do autor) destaca o quanto a compulsão à repetição se contrapõe ao princípio de prazer: “No caso do analisando, ao contrário, fica claro que a compulsão em repetir na transferência os acontecimentos do período infantil de sua vida ultrapassa o princípio de prazer de *todas* as maneiras.” Como mostra Monzani (1989, p. 182), esta parece ser a única situação em que a “*absoluta oposição*” entre compulsão à repetição e princípio de prazer acontece. O conteúdo infantil recalcado referente à vida sexual infantil, que não se encontra em estado ligado e não obedece ao processo secundário, insiste por meio da repetição na transferência. Isso explicaria porque

algumas pessoas evitam a análise: “devemos supor que o medo obscuro daqueles não familiarizados com a análise, isto é, dos que temem despertar algo que em sua opinião seria melhor deixar dormindo, seja, no fundo, o mesmo que temer a emergência dessa compulsão daimoniaca” (Freud, 2020/1920, p. 131).

De todo modo, como contraponto ou como ato preparatório para o estabelecimento do princípio de prazer, as manifestações da compulsão à repetição citadas levarão à hipótese da pulsão de morte. Isso porque elas “exibem, em alto grau, o caráter pulsional, e quando se encontram em oposição ao princípio de prazer, o caráter daimoniaco” (Freud, 2020/1920, p. 127), sendo a última característica própria da repetição transferencial. Conforme esclarece Giacoia Junior (2010, grifo do autor), “a compulsão à repetição atestaria o caráter coercitivo, indestrutível, próprio do elemento *pulsional*” (p. 83). Revelaria a insistência que é própria da pulsão, que pressiona ininterruptamente para atingir sua finalidade. Como complementa Monzani (1989): “A pulsão é, nela mesma, repetitiva. Ela é repetição. Mas repetição de quê?” (pp. 185-186). A resposta pode ser encontrada em Freud (2020/1920, p. 131) e no que ele supõe ser o caráter geral das pulsões:

Uma pulsão seria, portanto, uma pressão inerente ao orgânico animado para restabelecer um estado anterior, pressão que esse ser animado precisou abandonar sob a influência de forças perturbadoras externas; ela seria uma espécie de elasticidade orgânica ou, se preferir, a manifestação da inércia na vida orgânica. (Freud, 2020/1920, p. 131, grifo do autor).

A afirmação da natureza conservadora das pulsões e, em última instância, daquilo que é vivo, com base na compulsão à repetição, é reiterada a partir de alguns exemplos biológicos, entre eles os movimentos de retorno aos antigos habitats por parte de certos peixes e de determinadas aves de arribação. Freud defende, então, que as pulsões teriam sido adquiridas historicamente, no sentido de terem registrado a história do desenvolvimento dos organismos, e tenderiam a restabelecer um estado anterior, já alcançado antes e perturbado por aquelas forças exteriores. Tal estado seria o próprio inorgânico, que precedeu o orgânico e precisou ser abandonado, de modo que se pos-

sa chegar à máxima: “A meta de toda vida é a morte” (Freud, 2020/1920, p. 137, grifo do autor).

A partir dessa montagem, a vida adquire o caráter de um desvio, imposto por influências desconhecidas do mundo externo, em relação ao caminho originário em direção à morte. De todo modo, não é de qualquer desvio que se trata a vida. Como explicar o enigmático empenho do organismo para sobreviver? Freud traz à cena as pulsões de autoconservação e uma nova perspectiva em relação a elas, baseada na ideia de que o organismo só luta com tanto vigor contra todos os perigos externos que possam conduzi-lo mais rapidamente à condição inanimada porque quer morrer à sua maneira. As pulsões do Eu, portanto, são concebidas do seguinte modo: “trata-se de pulsões parciais, destinadas a assegurar ao organismo seu próprio caminho para a morte e a manter afastadas quaisquer outras possibilidades de retorno ao inorgânico que não sejam as imanentes” (Freud, 2020/1920, p. 139). De modo aparentemente paradoxal, as pulsões de autoconservação passam a ser concebidas, a um só tempo, como “guardiães da vida” e “serviçais da morte” (Freud, 2020/1920, p. 139).

A hipótese das pulsões de morte toma forma com a nova interpretação de um dos grupos pulsionais já conhecidos, o das pulsões do Eu ou de autoconservação. Já o pressuposto das pulsões de vida é alcançado por Freud pela via das pulsões que costumavam se opor às últimas, as sexuais. Ele chega até elas quando se volta para as células germinativas, que se soltam do organismo total, do soma, fundem-se com outras células germinativas do sexo oposto, gerando um novo organismo, e, assim, desfrutam de uma espécie de imortalidade potencial, ainda que isso não passe, em última instância, de um prolongamento do caminho até a morte. As pulsões sexuais também seriam conservadoras, por recuperarem estados anteriores da substância viva, ao promoverem o encontro entre as células germinativas e o início de uma nova vida, e por preservarem a vida por um período maior. O principal é que nosso autor mantém o antagonismo que necessita para sustentar sua posição dualista: “Elas são as verdadeiras pulsões de vida; tendo em vista que elas trabalham contra o propósito das outras pulsões, propósito que, dada a função destas, leva à morte” (Freud, 2020/1920, p. 143).

As pulsões sexuais são explicitamente equiparadas às pulsões de vida neste fragmento e o leitor passa a visualizar a imagem modificada das forças da alma que Freud busca desenhar, utilizando-se do dualismo pulsional já conhecido, aquele que explicava o conflito neurótico: um dos grupos de pulsões, as pulsões do Eu, agora consideradas como serviços da morte, buscam conduzir o organismo ao inorgânico, ainda que por razões internas; o outro grupo, o das pulsões sexuais ou de vida, se esforça por tornar este caminho mais longo e, pela fusão de células germinativas na reprodução sexual, acaba por recomeçar esse trajeto sempre outra vez, originando outro ser vivo que repetirá o mesmo ciclo¹¹. Freud se apoia na teoria do fisiologista Ewald Hering sobre os processos que estariam em ação na substância viva e associa as pulsões de vida aos processos construtivos (*aufbauend*) ou assimilatórios (*assimilatorisch*) e as de morte, aos desconstrutivos (*abbauend*) ou dissimilatórios (*dissimilatorisch*). As primeiras buscariam formar unidades e conservá-las, ao passo que as segundas tentariam desfazê-las e provocar o desligamento. Eis o novo antagonismo entre pulsões de vida e pulsões de morte, sem que o anterior seja descartado, já que é por meio dele que se chega a tal configuração.

11 Vale notar que a transição do primeiro para o segundo dualismo pulsional traz mais algumas complicações, nas quais não me aprofundi aqui, a fim de me ater aos objetivos deste trabalho. Freud (2020/1920, p. 193) considera a oposição entre pulsões de vida e de morte como o “terceiro passo” empreendido por ele na teoria das pulsões, depois da “ampliação do conceito de sexualidade” e da “formulação do narcisismo”. Este revelou que o Eu é objeto das pulsões sexuais e fonte de libido, lugar de onde esta parte para investir nos objetos externos e para onde retorna. Nesse sentido, trouxe à tona que as pulsões do Eu não serviam apenas à autoconservação, já que também apresentavam uma natureza sexual, o que implicou uma modificação no estatuto do Eu e no conflito pulsional. Desse modo, quanto à equivalência entre as pulsões do Eu e as pulsões de morte trazida aqui, é preciso ter em vista que Freud já tinha o conhecimento de que, entre as primeiras, existiam aquelas que eram natureza sexual e aquelas que não eram libidinosas. As pulsões do Eu cuja energia consistia na libido, junto às pulsões sexuais dirigidas aos objetos, foram agrupadas como pulsões de vida; as segundas foram equiparadas à pulsão de morte. As particularidades da transformação do conceito de “pulsões do Eu” são explicitamente abordadas pelo autor em uma nota de rodapé no final do sexto capítulo de “Além do princípio de prazer” (Cf. Freud, 2020/1920, p. 197).

A partir deste recorte, retornemos à questão da repetição na análise. Freud já sabia, desde os escritos técnicos, que o analisando repete suas experiências sob transferência, na relação com o analista. Antes de 1920, ainda que a repetição já se revelasse como uma etapa inevitável da análise, a aposta era a de que seria possível cessá-la, com a sua substituição pela recordação e sua utilização a favor da perlaboração. Por um lado, em alguma medida, isso ainda vale depois de 1920. Freud não deixa de sustentar, em “Além do princípio de prazer”, que o analista deve permitir que o analisando repita ou, em outras palavras, reviva parte de sua vida esquecida, justamente porque o material que interessa consiste no recalado inconsciente. Repetir ainda é uma forma de recordar que faz o percurso da análise avançar: “A relação que se estabelece entre lembrança e reprodução é diferente em cada caso. Como regra geral, o médico não pode poupar o analisando dessa fase do tratamento” (Freud, 2020/1920, p. 87). É só com o afrouxamento do recalque proporcionado pelo trabalho analítico que o conteúdo recalado pode retornar e compelir à repetição. Isso faz com que a neurose anterior ceda lugar à nova neurose de transferência, como vimos desde os textos da década de 1910. Por outro lado, com a consideração da compulsão à repetição em sua radicalidade e com a introdução da pulsão de morte, a repetição passa a caracterizar o próprio funcionamento da pulsão, o que torna impossível sua interrupção. A pulsão tem uma natureza conservadora, busca restabelecer um estado anterior; ela é, em si mesma, repetitiva. Além disso, a repetição nem sempre serve à rememoração e à perlaboração; pode se manifestar em seu caráter daimoniaco, revelando a força da pulsão de morte, o que interfere nos rumos da clínica freudiana.

O próprio Freud reconhece os limites que os conceitos de repetição e pulsão de morte impõem ao tratamento em algumas ocasiões. Em “Inibição, sintoma e angústia”, por exemplo, já no âmbito da segunda tópica psíquica, ele considera que há, além das resistências do Eu, uma resistência do inconsciente e outra do Supereu em curso na análise. Quanto à primeira, também chamada de resistência do Isso, consiste no “poder da compulsão à repetição, a atração dos modelos inconscientes sobre o processo pulsional recalado” (Freud, 2014/1926, p. 107). Já aquela proveniente do Supereu se relaciona ao sentimento de culpa e à necessidade de castigo que mantém o sofrimento neuró-

tico. Trata-se da parcela de pulsão de morte que não é exteriorizada como pulsão de destruição no mundo externo e se volta contra o próprio indivíduo. Isso explica porque, ainda que a resistência do Eu tenha se tornado consciente para o analisando, será preciso persistir em um trabalho exaustivo na análise, o qual nem sempre obterá êxito, a depender da relação de forças entre as pulsões e o Eu, responsável por tentar dominá-las, na medida em que essa tarefa é possível.

Em “A análise finita e a infinita”, o autor reforça como a atividade da pulsão de morte pode impedir o avanço do tratamento e o sucesso terapêutico. O masoquismo do neurótico, o sentimento de culpa e a consequente reação terapêutica negativa, que o mantém aferrado à doença, são fenômenos que sinalizam a “presença de um poder na vida psíquica que chamamos de pulsão de agressão ou de destruição, dependendo de seus objetivos, e que deduzimos a partir da pulsão de morte original da matéria animada” (Freud, 2021/1937, p. 349). Da mesma forma, o autor fala de uma “inércia psíquica” que se manifesta na análise, em menor ou maior grau, que impede a mudança e pode ser concebida como “resistência do Isso” (p. 348). Ainda que não a associe diretamente à pulsão de morte, podemos supor que se trata de seu esforço de retorno ao inorgânico, de busca ao estado zero de tensão, o que impossibilita a transformação. Além disso, se as mudanças se efetivam em uma análise, com a criação de novas configurações entre as pulsões, o Eu e os objetos, não se deve perder de vista que acontecem, na maioria das vezes, de modo imperfeito e parcial, já que persistem “fenômenos residuais” e “partes dos mecanismos antigos seguem intocados pelo trabalho analítico” (p. 331-332). Em outras palavras, há repetições que insistem em seu percurso regressivo e não produzem o novo.

Não por acaso, “Além do princípio de prazer” e os conceitos de compulsão à repetição e pulsão de morte nele formulados provocaram reações tão diversas e debates tão intensos entre os pós-freudianos, sendo rejeitados por alguns e levados às últimas consequências por outros, como é o caso de Jacques Lacan. Em seu seminário realizado em 1964, o psicanalista francês coloca a repetição como um dos quatro conceitos fundamentais da psicanálise, ao lado do inconsciente, da pulsão e da transferência. Ele reconhece que Freud articula a repetição, pela primeira vez, no texto de 1914 já citado, “Lembrar,

repetir e perlaborar”, destacando a relação que ela estabelecia com a rememoração, mas sinaliza como este trabalho serve de fundamento para o que será radicalizado depois, em “Além do princípio de prazer”: “O sujeito em sua casa, a rememoração da biografia, tudo isso só marcha até um certo limite, que se chama o real” (Lacan, 1988/1973, p. 51). Um dos pontos de apoio para a fundação do conceito de real, que é parte da metapsicologia lacaniana – da qual também fazem parte o imaginário e o simbólico – é a compulsão à repetição, assim como a pulsão de morte a ela relacionada. Lacan (1988/1973) destaca a semelhança etimológica entre o “repetir” (*Wiederholen*), o *haler* em francês e o *sirgar* do sujeito, “o qual puxa sempre seu trem por um caminho de onde não pode sair” (p. 53). Uma das formas de definir o real é como aquilo que é “impossível de ser simbolizado” (Jorge, 2020, p. 494), e a repetição culmina em um encontro com um real que “escapole”, com algo de “*inassimilável*” (Lacan, 1988/1973, pp. 56-57). Em última instância, para Lacan (1988/1973, p. 55): “Nenhum praxis, mais do que a análise, é orientada para aquilo que, no coração da experiência, é o núcleo do real.” Isso nos permite observar o quanto os limites da repetição como forma de simbolização do trauma são considerados como norteadores clínicos para o autor. No percurso da análise, a interpretação não é capaz de abarcar tudo; é precisamente com este resto que o analisando terá de se haver, a partir de uma invenção própria, sem a pretensão de simbolizá-lo por inteiro¹².

De volta aos fundamentos clínicos da psicanálise freudiana, conclui-se que a repetição tem um papel constituinte no psiquismo, na medida em que caracteriza a própria pulsão, de forma que não é possível interrompê-la, tampouco ignorá-la. No entanto, apesar dos limites que impõe ao tratamento, este continua se apoiando na aposta de transformação a partir disso que se repete. Como vimos, a repetição

12 Se a repetição fundamenta o conceito de real em Lacan, este, por sua vez, está inserido em uma trama de conceitos como o de pulsão de morte, gozo e objeto a, os quais não adentrarei aqui. A referência a Lacan se destina apenas a demonstrar, por um lado, como a repetição em Freud aponta para os limites da simbolização, na medida em que é relacionada à pulsão de morte; por outro, a sinalizar como tais limites foram tomados como orientadores clínicos por este autor, na direção de fazer a clínica psicanalítica avançar.

traz à tona o conteúdo recalcado que interessa à análise, estabelecendo a nova neurose de transferência que conduzirá às mudanças. Além disso, é importante destacar que, se a repetição fundamentou a hipótese da pulsão de morte e esta é concebida conforme seu objetivo de retornar ao estado inorgânico, por meio dos processos de desligamento, esses processos também têm a capacidade de desfazer fixações rígidas em determinadas posições. Como criar novas relações de objeto e novos investimentos pulsionais, senão por meio da desconstrução de ligações anteriormente estabelecidas? O trabalho de Rodrigues e Gondar (2018) toca precisamente neste ponto, por meio da investigação da relação entre a sublimação e a pulsão de morte. Para as autoras, se olhada por este ponto de vista, “a pulsão de morte impede a cristalização das formas constituídas e a perenização das uniões mantidas por Eros, de forma conservadora”, o que revela uma “recusa da permanência” e uma “força renovadora” da própria pulsão de morte; a ação desta também implica, portanto, a possibilidade de “ruptura”, “desestruturação” e “instabilidade” (Rodrigues e Gondar, 2018, pp. 252-253).

Em suma, o caminho da mudança permanece sendo o da repetição. A partir da singularidade do encontro entre *um* analista e *um* analisando, a transformação se torna possível, com todas as ressalvas que carrega: “Este fato é um elemento fundamental do trabalho analítico: a certeza de que se trata de uma experiência de fala e de linguagem que *permite* a transformação de sintomas” (Santos, 2018, p. 31, grifos meus). Ainda conforme a autora, é a partir da repetição das mesmas palavras que o analisando pode produzir palavras novas e, por fim, criar o novo pelas palavras. O processo analítico pode ser visto como espaço de fabricação e de transformação, aberto a partir da novidade que emerge dos lugares já conhecidos: “Essa é, afinal, a razão de ser da cura: a construção do singular que cada um tem a dizer. E esse singular se produz através de transformações mínimas daquilo que em análise se repete” (p. 31).

Um encontro possível entre Butler e Freud

Após esta breve abordagem da repetição na teoria da performatividade e de sua investigação no tratamento psicanalítico, temos condições

de indicar um paralelo entre os dois campos. Como vimos, para Butler, as identidades de gênero são produzidas pela repetição de atos, gestos e práticas inseridos nas normas da matriz heterossexual e falocêntrica. A repetição das normas é imprescindível para que haja a construção do gênero, para que o discurso fabrique os efeitos que ele mesmo nomeia. Ao mesmo tempo, como os atos que se repetem não permanecem idênticos, no ato sucessivo de repetir, abrem-se as instabilidades, as brechas para a subversão de tais normas. Como não é possível deixar de repetir, já que as normas são coercitivas, a tarefa consiste em *como* repetir. De modo análogo, Freud defende que repetir é uma ação inevitável no interior de um tratamento analítico, mas o modo como isso é feito será determinante. Por um lado, a compulsão à repetição revela o funcionamento repetitivo da própria pulsão e funda a hipótese da pulsão de morte, relevando o limite da rememoração e da perlaboração na análise. Por outro lado, ainda que a repetição comporte essa faceta daimoniaca, há a aposta de que, na transferência, essa reprodução do mesmo possa se tornar a produção do novo e gerar a transformação interior do neurótico. Em sua dimensão incontornável, a repetição insiste em seu movimento regressivo e fortalece a inércia psíquica, mas segue sendo o único caminho capaz de gerar alterações no tratamento psicanalítico.

No caso da repetição subversiva para Butler, vimos que ela pode ter o efeito de deslocar as regras a partir das quais a própria repetição acontece. Quanto à transformação que se dá na singularidade da análise, na medida em que produz o novo, talvez também possa assumir a direção de uma nova relação com as normas. É por esse ângulo que a própria Butler observa o percurso de uma psicanálise:

A psicanálise, e isso é muito importante, nos faz entrar no mundo. Ela nos reintroduz no mundo. A meta da análise não é a de nos fechar, é, antes, a de nos permitir uma nova entrada no mundo. Ela faz com que possamos escolher com uma percepção renovada de seus próprios limites e motivações, ela permite, portanto, criar novos arranjos não normativos com os quais podemos viver (Butler et al., 2015, pp. 318-319, tradução minha).

Se a psicanálise permite essa abertura da qual fala Butler, e se, como vimos, essa nova entrada no mundo se dá, necessariamente, pela via da repetição, apesar de seus impasses, talvez a experiência de

análise possa ser uma daquelas formas de repetir que se insere no campo subversivo, aquele em que há certa quebra da coerência de normas que foram naturalizadas. A contribuição de Santos (2018) corrobora essa hipótese, na medida em que ela ressalta a “*produção do novo*” em operação na análise, e considera que isso pode incidir sobre a própria normatividade: “A construção deste inédito é passível de redefinir, para cada sujeito em análise, sua relação com o sistema de normas que o constitui. É também para isso que fazemos análise” (p. 31, grifos da autora). Isso não significa dizer que dentro da sessão de análise seja possível criar um espaço que esteja fora das normas ou liberto delas. No início deste artigo, acompanhamos a crítica de Butler aos psicanalistas que acreditam que o psiquismo funcione de modo autônomo, segundo suas próprias regras, independentemente das normas sociais. Mesmo que, no seu trabalho, o analista conseguisse assumir o compromisso de não representar nenhum ideal normativo, o que já seria utópico, estes seriam trazidos pelos pacientes; o “roteiro normativo”, em última instância, sempre está presente nas sessões e a prática consiste em tentar suspender, na medida do possível, essas normas, colocá-las de lado, ainda que estejam lá (Butler et al., 2015). Da mesma forma em que a repetição parodística no campo da performatividade de gênero pode ser subversiva não por uma libertação em relação às normas, mas por uma imitação delas que denuncie seu caráter contingente, a repetição na análise também pode ser subversiva, mesmo que as normas sigam atuando nesse espaço, na medida em que seja viável a criação do novo.

Para ilustrar o que quero dizer, recorrerei a um exemplo concedido por Butler, em uma das entrevistas já citadas (Butler et al., 1994). Ela supõe a figura de uma mulher, com seus quase 30 anos ou mais, que não pode engravidar ou não quer ter filhos por outras razões. Trata-se de alguém que está lutando contra uma norma reguladora de seu sexo, já que é a instituição social da reprodução, como determinante da identidade “mulher”, que está em operação aí. A pergunta que a filósofa propõe é: por que essa mulher não pode “habitar seu gênero sem a sensação implícita de fracasso ou inadequação?” (Butler et al., 1994, p. 34, tradução minha). Nesse caso, nos diz a autora, será preciso que haja uma comunidade à volta dessa mulher que possa aliviar o sentimento de inadequação ou de fracasso que ela vai

experimental, por deixar de realizar uma função que é supostamente natural; será necessária “uma luta coletiva para repensar a norma dominante” (p. 34, tradução minha). Será que o processo de psicanálise, conduzido individualmente, também não pode contribuir, em alguma medida, para a tarefa de repensar essa e outras normas reguladoras, produzir e legitimar, por meio da repetição produtora do novo, posições subjetivas que não se enquadram na norma, como é o caso dessa mulher? Considerando que Butler (2017/1997, p. 28) nos convida a abrir mão do “dualismo ontológico” entre o psíquico e o político, talvez seja possível supor que a modificação produzida na singularidade de uma análise, por meio da repetição, tenha alguma incidência transformadora na relação com o sistema de normas que nos constitui, repetidamente.

Entretanto, é preciso ter em vista que a criação do espaço subversivo no tratamento psicanalítico depende de uma abertura da psicanálise e dos psicanalistas a críticas dirigidas a esse saber, no que diz respeito à sua posição em relação à normatividade de gênero. Santos (2018, p. 27) chama a atenção para a importância desse diálogo interdisciplinar e contribui para fomentá-lo, apontando que, apesar dele não ter sido, em geral, bem-sucedido ao longo da história da psicanálise e dos estudos de gênero, trabalhos como o de Butler, com a proposta de leitura crítica da psicanálise, que inclui suas potencialidades, fundam uma possibilidade de interlocução fundamental. Se as normas não deixam de operar na relação analítica, independentemente da suposta neutralidade do analista; se elas estão prontas para se repetirem, no sentido daquela repetição que inculca as identidades sancionadas pelo imperativo heterossexual; é necessário que o psicanalista e o discurso psicanalítico estejam atentos a tais reiterações que funcionam como instrumentos de consolidação da hegemonia cultural.

Essa atitude vigilante, no entanto, nem sempre acontece, seja no campo da técnica ou da epistemologia da psicanálise. Talvez isso explique a procura por “psicanalistas *safe*”, relatada por Santos e Polverel (2016) no cenário francês¹³. Como mostram as autoras, a busca

13 As autoras referem-se ao site criado por profissionais de saúde mental na França (psicólogos, psicanalistas, psiquiatras), que oferece contatos de “*psys*” considera-

por um profissional “seguro”, capaz de receber pessoas cujas identidades e orientações são consideradas marginalizadas, por mais que carregue problemas em relação à viabilidade de um encontro analítico, indica que há uma postura de desconfiança dirigida à psicanálise, justificada por sua posição, muitas vezes, reprodutora das normas. É preciso ter em vista que os analistas assumem um lugar no pacto social, assim como os sujeitos que o procuram, de forma que cabe aos primeiros “estarem atentos(as) aos impasses subjetivos, sociais e políticos da sua época!”, como afirma Rosa (2021, p. 6). Mais do que isso, a neutralidade aqui não é uma opção viável. A advertência da psicanalista aos seus interlocutores nos reenvia para o problema da repetição, que se revela como compulsão à repetição, pela insistência da pulsão em seus caminhos regressivos, mas também se manifesta como potência, como repetição subversiva: “O seu trabalho será de barrar a repetição monótona e automática e sem história”.

Considerações finais

De acordo com o que vimos até agora, destaco que o campo da repetição subversiva, no sentido de um deslocamento das normas, tal como aquele proposto na performatividade de gênero, pode ser aberto e desbravado em um percurso de análise. Não se trata de encobrir os riscos que a psicanálise corre de enveredar pelo caminho da repetição monótona, automática e sem história, essa que serve apenas à tendência regressiva, à inércia psíquica e revela a força da pulsão de morte em seu objetivo de retornar ao inorgânico, como vimos acima. Trata-se, antes, de reconhecer tais riscos e de mobilizar esforços para contorná-los, a partir de interseções com saberes e práticas que permitam que a psicanálise se interrogue e, ao mesmo tempo, sejam capazes de incluí-la e utilizá-la como ferramenta. Se Butler mostra essa abertura

dos seguros (ver <https://psysafeinclusifs.wixsite.com/psysafe/projects>). Atualmente, encontramos a terminologia “*psys situé.e.s*” nesse mesmo site. A ideia de uma “prática situada” é a de disponibilizar opções de profissionais que assumem uma posição política não neutra, levando em conta as realidades opressivas do campo social e seus atravessamentos.

de seu lado, que o discurso psicanalítico também seja capaz de reconhecer a importância dessa interlocução e se proponha a trabalhá-la.

Avançando mais um passo, me parece que se o caminho da repetição subversiva não for a aposta da psicanálise, não há muitas razões para insistir nela. Se sua prática e sua epistemologia se cristalizam como uma compulsão à repetição associada ao aspecto daimoniaco da pulsão de morte, que apenas reproduz e consolida as identidades já consideradas inteligíveis culturalmente, ela assume a posição de um discurso que inviabiliza a produção de novas subjetividades. Concordo com Preciado (2019): é uma grande responsabilidade e uma questão de tomada de posição que está em jogo. Que a psicanálise aposte na potência disruptiva daquela repetição do mesmo capaz de comportar o novo, e não na repetição do idêntico, inerte e mortífera. Que ela abra espaço para a criação de novas formas de existir no mundo e contribua para legitimá-las.

Referências

- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Estudos Feministas*, 17(3), 653-673. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300002>
- Butler, J. (2002/1993). *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"* (A. Bixio, Trad.). Paidós.
- Butler, J. (2003/1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2017/1997). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição* (R. Bettoni, Trad.). Autêntica.
- Butler, J., David-Ménard, M., Santos, B. C. Dos, Goulet, S. -A. C., Debs, N., & Povorel, E. (2015). Judith Butler et Monique David-Ménard: d'une autre à l'autre. *L'Évolution Psychiatrique*, 80(2), 317-330. <https://doi.org/10.1016/j.evopsy.2015.02.002>
- Butler, J., Segal, L., & Osborne, P. (1994). Gender as Performance. An Interview with Judith Butler. *Radical Philosophy*, (67), 32-39. <https://www.radicalphilosophy.com/interview/judith-butler>
- Freud, S. (1991/1917). Conferencias de introducción al psicoanálisis. Parte III, Doctrina general de las neurosis. En J. Strachey (Ed.) y J. L. Etche-

- verry y L. Wolfson (Trads.), *Obras completas* (vol. XVI, págs. 221-421). Amorrortu Editores.
- Freud, S. (1999). *Gesammelte Werke*. Fischer Verlag.
- Freud, S. (2014/1926). Inibição, sintoma e angústia. In P. C. De Souza (Trad.), *Obras completas* (vol. 17, pp. 13-123). Companhia das Letras.
- Freud, S. (2020/1919). O infamiliar. In E. Chaves & P. H. Tavares (Trads.), *Obras incompletas: O infamiliar e outros escritos* (pp. 27-128). Autêntica.
- Freud, S. (2020/1920). Além do princípio de prazer. In P. H. Tavares (Trad.), *Obras incompletas: Além do princípio de prazer* (pp. 57-220). Autêntica.
- Freud, S. (2021/1890). Tratamento psíquico (tratamento anímico). In C. Dornbusch (Trad.), *Obras incompletas: Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 19-48). Autêntica.
- Freud, S. (2021/1914). Lembrar, repetir e perlaborar. In C. Dornbusch (Trad.), *Obras incompletas: Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 151-164). Autêntica.
- Freud, S. (2021/1926). A questão da análise leiga. Conversas com uma pessoa imparcial. In C. Dornbusch (Trad.), *Obras incompletas: Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 205-314). Autêntica.
- Freud, S. (2021/1937). A análise finita e a infinita. In C. Dornbusch (Trad.), *Obras incompletas: Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 315-364). Autêntica.
- Giacoa Junior, O. (2010). Além do princípio do prazer: considerações filosóficas sobre o programa teórico da metapsicologia. In Simanke, R. T. et al (Orgs.), *Filosofia da psicanálise: autores, diálogos e problemas* (pp. 81-96). EDUFSCar.
- Jorge, M. A. C. (2020). Posfácio: Incidências clínicas: “O terceiro passo de Freud”. In Freud, S. Além do princípio de prazer. P. H. Tavares (Trad.), *Obras incompletas* (pp. 479-504). Autêntica.
- Knudsen, P. P. P. da S. (2010). Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, 18(1), 161-170. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100009>
- Lacan, J. (1988/1973). *O Seminário: livro XI: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964) (M. D. Magno, Trad.). Jorge Zahar.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. -B. (1991/1967). *Vocabulário da psicanálise*. Martins Fontes.
- Monzani, L. R. (1989). *Freud: o movimento de um pensamento*. Editora da UNICAMP.
- Preciado, P. B. (2019). Um apartamento em Urano [Intervenção realizada em sessão plenária, no dia 17 de novembro de 2019, às 15h45, no âmbito da 49ª Jornada da Escola da Causa Freudiana: “Mulheres na

- psicanálise”]. C. Q. Kushiner (Trad.) e P. S. Souza Jr. (Trans. E Trad.). *Lacuna: Uma Revista de Psicanálise*, (8), p. 12. <https://revistalacuna.com/2019/12/08/n-8-12/>
- Rodrigues, C. (2012). Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, (10), 140-164. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000400007>
- Rodrigues, C. (2019). Para além do gênero: anotações sobre a recepção da obra de Butler no Brasil. *Em construção*, (5), 59-72. <https://doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.40523>
- Rodrigues, C. (2020). Judith Butler. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, 6(3), 99-113. <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/judith-butler/>
- Rodrigues, A. A., & Gondar, J. (2018). Elementos para repensar a sublimação: pulsão de morte e plasticidade psíquica. *Tempo Psicanalítico*, 50(1), 236-257. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v50n1/v50n1a12.pdf>
- Rosa, M.D. (2021). Carta aos/às jovens psicanalistas hoje. *Lacuna: Uma Revista de Psicanálise*, (12), p. 6. <https://revistalacuna.com/2021/12/12/n-12-06/>
- Sáez, J. (2004). *Teoría Queer y psicoanálisis*. Editorial Síntesis.
- Santos, B. (2018). Normatividade, gênero e teoria psicanalítica. Uma reflexão sobre a criação de palavras novas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 21(1), 23-33. <https://doi.org/10.1590/1809-44142018001003>
- Santos, B., & Polverel, E. (2016). Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. *Lacuna: Uma Revista de Psicanálise*, (1), p. 3. <https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/>